

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Teologia

Maicon da Silva Carreiro

**A MENSAGEM DO MESSIAS POBRE PARA OS
POBRES: o ensino teológico e social do Reino de Deus**

Petrópolis - RJ

2021

MAICON DA SILVA CARREIRO – R.A. 007201900851

**A MENSAGEM DO MESSIAS POBRE PARA OS
POBRES: o ensino teológico e social do Reino de Deus**

TCC apresentado ao Curso de Teologia da
Universidade São Francisco, como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel
em Teologia.

Orientador metodológico: Prof. Dr. Welder
Lancieri Marchini

Orientador temático: Prof. Ms. Renato
Adriano Pezenti

Petrópolis - RJ

2021

RESUMO

O Reino de Deus é a mensagem que guia todo o cristianismo, ele foi o ensinamento central de todo o Novo Testamento. Neste trabalho a abordagem se volta para uma dualidade de sentidos, tendo o Reino de Deus em uma perspectiva sócio-histórica, demonstrando que o ambiente no qual Jesus estava inserido e suas relações sociais o influenciaram na construção da ideia de Reino e, por outro lado, que o Reino de Deus faz parte de uma questão teologia complexa que foi interpretada de diversas formas ao longo da história. A partir de uma reflexão baseada em documentos contemporâneos, percebe-se que a mensagem do Reino deve ser vista em seu aspecto fundante e que é destinada a todos aqueles que são bem-aventurados.

Palavras-chave: Reino de Deus; Relações-sociais; bem-aventuranças.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1 O REINO DE DEUS EM UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA NA BÍBLIA.....	05
2. O CONCEITO DE REINO DE DEUS	08
3 O REINO DE DEUS NA COMUNIDADE ECLESIAL.....	10
CONCLUSÃO	11
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	12

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é qualitativa e bibliográfica, com aspectos teóricos interdisciplinares, tendo a teologia como disciplina base. Na primeira parte do trabalho apresentamos a dualidade de sentidos, social e teológica, existente no que se refere à mensagem do Reino de Deus. Ele foi o principal ponto da mensagem de Jesus e, neste sentido, procuramos compreender os fundamentos bíblicos e o contexto histórico de tal proposta. A temática do reino de Deus tem raízes no Antigo Testamento, porém o foco foi, principalmente, o Novo Testamento. A sociedade do mediterrâneo antigo tinha como característica a pluralidade cultural que interferia nas relações sociais e, conseqüentemente, nos movimentos religiosos e políticos. O movimento de Jesus, com Jesus e depois sem Ele, foi marcado por concepções teológicas que, além de refletirem assuntos sobrenaturais, refletiram acerca de questões políticas marcadas pela resistência ao domínio romano.

Na segunda parte analisamos as mudanças históricas do conceito de Reino de Deus desde o seu surgimento, na pregação de Jesus, mostrando seus aspectos fundantes e as diferentes abordagens nos principais documentos do Novo Testamento; a idade média com o Sacro império e as relações entre igreja e estado e, por fim, o conceito passando a ser pensado pela filosofia e pela teologia na idade moderna com o iluminismo.

Por questões estruturais o conceito do Reino na contemporaneidade foi incorporado à terceira parte do trabalho, onde são apresentados os recentes ensinamentos do Concílio Vaticano II sobre o Reino de Deus na *Lumen Gentium* (Novo modo de ser igreja) e no ensinamento das bem-aventuranças no Catecismo da Igreja Católica, buscando entender as atribuições do reino nas comunidade eclesiais deste tempo.

2 O REINO DE DEUS EM UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA NA BÍBLIA

Roma conquistou a Palestina em 63 aEC com uma legião liderada pelo general Pompeu, o que a princípio não foi uma conquista ferrenhamente militar, mas que só se concretizou após tomarem, com imposição, o templo, dominando facções asmoneias (HORSLEY, 2000, p. 34). A conquista da Palestina representa um aspecto importante na temática do reino de Deus, dado que o ambiente em que Jesus viveu o influenciou

na sua pregação e missão. O campesinato israelita era constituído de um povo que vivia sob o jugo de Roma e de seus reis representantes. Os impostos eram exorbitantes e cobrados através de muita violência. Segundo Horsley (2004, p. 21).

Os romanos determinavam as condições de vida na Galiléia, onde Jesus vivia e cumpria sua missão. Nas décadas anteriores ao nascimento de Jesus, os exércitos romanos invadiram a região, queimaram aldeias, escravizando os sábios e eliminando os incapazes. Os comandantes militares romanos designaram o jovem homem forte, Herodes, como "rei" e puseram tropas à sua disposição para que dominasse os seus súditos.

Defronte ao contexto histórico de Jesus, percebe-se que os documentos bíblicos devem ser analisados e interpretados com o auxílio interdisciplinar da antropologia, da sociologia e da história, para uma compreensão teológica mais profunda. A antropologia se dedica a entender os documentos bíblicos de forma transcultural e comparativa, portanto é fundamental entender o *ánthropos* (humano) e sua cultura, como afirma Bruce J. Malina sobre a leitura bíblica, "(...) o leitor/estudioso é fundamentalmente um intrometido, porque os documentos bíblicos vêm de períodos históricos e sistemas sociais muito diferentes do nosso" (2004, p. 15).

Sobre a contribuição sociológica, é importante entender que as relações sociais determinam as ações em diversos campos da esfera social. Neste sentido, são elencadas quatro instituições sociais mais evidentes: 1° - Parentesco: uma instituição social que forma um vínculo de pertencimento e de compromisso, ou seja, lealdade e solidariedade; 2° - Política: a ação coletiva efetiva, que se organiza pelo poder, em uma estrutura organizacional vertical; 3° - Economia: representa um grupo de pessoas que se organiza pela indução, ou seja, trocas de bens e serviços; 4° - Religião: ela trata da mais importante ordem da existência e do significado, ela se organiza pela influência; fornece razão para existências das coisas e para os modelos que geram essas razões. Os documentos contidos na Bíblia consideram que economia e religião estão contidas no parentesco e na política, portanto, não há separação nesta compreensão. Sendo assim, existe um vocabulário próprio para tais abordagens nos documentos bíblicos dividido da seguinte forma: Poder = política. Pertencimento = parentesco; Influência = religião; Persuasão = economia (MALINA, 2004, p. 26).

A proposta de reino de Deus oferecida por Jesus era uma forma de resistência pautada na paz, na justiça e na comensalidade, aspectos que contrariavam toda a cultura de terror romana, além de refutar os ensinamentos da elite Judaica que se fazia aliada do império romano. Segundo Malina (2004, p. 11), "a palavra 'reino', em

qualquer avaliação, é uma palavra que descreve uma instituição política da sociedade". A mensagem do reino de Deus era antagônica ao reino de terror romano.

Postos os aspectos contextuais do ambiente em que Jesus viveu, faz-se necessário inserir algumas passagens bíblicas que demonstrem a relação entre a teologia dos evangelhos e as interações sociais vividas por eles. Jesus é certo na pregação do Reino, sua mensagem se destina aos obedientes, aqueles que seguirem seu exemplo e ensinamento, o herdarão. Disse Jesus: (Mt 5,3-10) "Felizes os pobres no espírito, porque deles é o reino dos céus". Tendo em vista que Jesus era de origem humilde, vivendo e trabalhando em uma aldeia de camponeses explorada pela colonização romana, sua pregação se destina aos seus, os "despojados e oprimidos, os 'pobres' ou os humildes estão disponíveis para o reino dos céus" (SAMANES; TAMAYO ACOSTA, 1999, p. 1710).

Existe uma dualidade de sentidos, Jesus determina que um "pobre de espírito" merece o reino dos céus e, ao mesmo tempo, aponta que os seus, que são pobres, humildes e oprimidos, na experiência terrena sofrem por serem assim. Isso fica mais claro com a continuação das bem-aventuras onde se evidencia que os felizes, os mansos, os aflitos e os que têm fome de justiça herdarão a terra, serão consolados e saciados (Mt 5,4-7). Jesus, em sua pregação, destina seu ensinamento aos que querem se transformar através das virtudes do Reino.

Em Mateus, 5,8-10, Jesus diz que felizes são os puros de coração, os que promovem a paz e os que são perseguidos por causa da justiça, em oposição ao reino de Roma e da aristocracia judaica. Eles antagonizam a prática da violência e da marginalização.

Para exprimir a grande revelação da salvação divina que a sua vinda a este mundo realiza, Jesus não fala, como o fizera o segundo isaías ou como fará São Paulo, de uma manifestação da justiça de Deus, mas recorre à expressão equivalente Reino dos céus (LÉON-DUFOUR, 2013, p. 516).

O Reino de Deus representa a mensagem central de João Batista (Mt 3,1; 4,17) que antecede a pregação de Jesus, ela serve de base para todo o enredo do Novo Testamento e ajuda na compreensão do ambiente no qual Jesus viveu, bem como as questões políticas e religiosas explicitadas em uma interpretação interdisciplinar baseada em abordagens sócio-históricas da teologia.

3 O CONCEITO DE REINO DE DEUS

Reinhart Koselleck, *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos* (1992), discorre sobre as palavras que podem ser teorizadas ou dotadas de reflexões. Nesta parte do trabalho, uma análise do conceito de reino de Deus, feita através de autores contemporâneos, servirá de base para a compreensão de como os pontos e/ou interpretações do Reino mudaram através do tempo. Reino de Deus é tradução do hebraico *malkut yahweh* e do grego, *Basiléia tou Theou*. “As interpretações do símbolo do Reino de Deus foram sucedendo ao longo de toda a história. Interpretações nas quais se relacionavam a igreja, o poder civil e os papéis de ambas as instituições [...]” (SAMANES; TAMAYO ACOSTA, 1999, p. 680).

A igreja primitiva é prova do quanto o cristianismo é plural e está em constante transformação. Seus primeiros escritos são a fonte ¹Q, 45-50 EC; as Cartas Paulinas, 45-56 EC; seguidos do evangelho de Marcos, 70-75 EC. Portanto, a memória e oralidade desses primeiros fiéis permaneceram como fontes por anos no mediterrâneo antigo. A necessidade da escrita dos documentos pode ser entendida na mudança de compreensão da chegada da ²parusia, ou seja, durante esse período se pensava que o fim era iminente, “com a demora da parusia, viu-se a necessidade de se modelar ao mundo” (SAMANES; TAMAYO ACOSTA, 1999, p. 680).

Na percepção historiográfica o homem se torna fruto de seu tempo e das relações sociais em que vive. A demora na parusia tornou-se um problema a ser resolvido, o que demandou soluções. Essas transformações fizeram com que o conceito de Reino de Deus fosse mudando conforme a maturação do cristianismo. Neste sentido, a teoria defendida por Chevitaese (2016) de uma abordagem da palavra no plural, “cristianismos”, ilustra essas diferentes interpelações e/ou interpretações do Reino de Deus.

No cristianismo originário, mais precisamente nos primeiros cinco séculos, houve algumas abordagens distintas, duas posições primárias são o quiliasmo e a espiritualização. O quiliasmo é uma abordagem que se apoia em Ap 20,1-6, seus

¹ “Q é uma fonte hipotética, postulada pela maioria dos estudiosos para explicar o que anteriormente foi denominada dupla tradição, ou seja, concordância (muitas vezes nas palavras) entre Mateus e Lucas em material não encontrado em Marcos” (BROWN, 2012, p. 193)

² “No novo testamento o termo é usado sobretudo por São Paulo, tanto em sentido profano, significando a presença ou a vinda de homens (1Cor 16,17: Estefãos; 2Cor 7,6): Tito; Flp1,26: 20,12: Paulo), como em sentido religioso, significando a vinda de cristo (1Cor15,23; 1Tes 20,19; 3,13; 4,15; 5,23; 2Tes 2,1.8; e também a do anticristo” (SAMANES; TAMAYO ACOSTA, 1999, p. 1124).

adeptos acreditavam que acenderia um reino de mil anos de felicidade e paz que logo após sucumbiria diante de um juízo final e do fim do mundo, essa ideia reflete a esperança escatológica do Reino de Deus, ela foi defendida por Tertuliano (160-220 E.C), Irineu (130-202 E.C) e Lactâncio (240-320 E.C). A espiritualização foi defendida por Clemente de Alexandria e por Orígenes inspirados por Lc 17, 21, apoiando-se em uma interpretação interiorizada que se transformou em um ideal ético como meta a se cumprir. Quando a história da igreja se insere no império através de Constantino (272-337 E.C), há uma transformação de pensamento para uma categoria teológico-política, onde o imperador tem a missão de realizar a soberania de Deus na terra. (SAMANES; TAMAYO ACOSTA, 1999, p. 681).

Por fim, Agostinho de Hipona (380-430 E.C) se opõe tanto ao quilianismo como ao imperialismo, sua construção teológica se insere no ideal das duas cidades, na obra *De Civitate Dei* (A Cidade de Deus).

É somente na cidade de Deus, onde a vida está em total acordo com a com a revelação divina, que se encontra a verdadeira justiça. Porque seu modelo vem do céu e ela só alcança seu estado de perfeição na vida futura [...] a cidade terrestre caracteriza-se por sua pretensão a independência e a autossuficiência totais. Ela se apresenta como a antítese da obediência piedosa ('mãe e guardiã de todas as virtudes' 14,12) ou da humilde submissão à palavra de Deus (FORTIN, 2018, p. 236).

Esse período foi marcado por grandes acontecimentos como o começo do fim do Império Romano do Ocidente. O bispo de Hipona escreveu sua obra para responder questões teológicas, além de defender a fé cristã de acusações pagãs, após a invasão de Alarico a Roma em 410. A cidade de Deus e a cidade terrena ilustram bem a ideia de Reino de Deus de Agostinho, sua pretensão não é associar as duas cidades com o Estado e a Igreja, mas sinalizar que a interação escatológica deste reino não poderia ser compreendida pela humanidade.

Na idade média temos o chamado Sacro Império (800-1806), onde os imperadores Carolíngios se denominavam mediadores da união entre Igreja e Estado, ou seja, eles acreditavam que o reino de Deus deveria ser imposto por eles na terra. Essa visão foi uma nova interpretação da teologia de Agostinho. Com Gregório VII (1020-1085), Inocêncio III (1161-1216) e Bonifácio VIII (1230-1303), a igreja reage através da "luta das investiduras" que visava a liberdade da igreja perante as empáfias religioso-políticas do império. Lutero, mais tarde, também elabora a sua concepção baseada na teologia de Agostinho sobre os dois reinos. Assim temos o reino de Deus,

no qual se dá a ³Justificação pela fé e o reino terrestre, que é a lei, desse o cristão deve manter distância (SAMANES; TAMAYO ACOSTA, 1999, p. 682).

Na Idade Moderna a concepção que se tem de Reino de Deus deixa de ser concreta, podendo tornar-se realidade através do poder da igreja e do Estado, e passa a ser pensada a partir da filosofia e da teologia. O iluminismo transformou o Reino de Deus em uma ideia racional; Hobbes o vê como algo que não é deste mundo, uma promessa, que o indivíduo atinge através da interioridade e que só se tornará público no fim da história; Kant o concebe como bem moral supremo, realidade intramundana, que a razão pode captar a partir de um esforço ético. Mudanças conceituais ocorrem novamente no século XIX quando o conceito teológico-moral do reino de Deus é retomado pela escola de Tubinga. Assim, o Reino de Deus é visto como uma realidade histórica e salvífica, marcada pela chegada do reino em Cristo (SAMANES; TAMAYO ACOSTA, 1999, p. 682-683).

3 O REINO DE DEUS NA COMUNIDADE ECLESIAL

A igreja contemporânea através de seus mais recentes ensinamentos sugere uma volta aos aspectos fundantes da igreja, que aqui se centra no Reino de Deus. Resgatando a explanação do primeiro capítulo que discorreu sobre o reino como um ensinamento teológico, mas também como um ensinamento político que reflete diretamente nas relações sociais.

O Concílio Vaticano II é um capítulo importante da era contemporânea que reflete sobre as necessidades eclesiais, pastorais e sociais da igreja. “Ao convocar o Concílio Vaticano II, o papa João XXIII tinha um objetivo bastante claro: *aggiornamento*, atualização da igreja diante das questões postas pela sociedade da época” (ZANON, 2012, p. 15). O documento que se refere às questões eclesiais é a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (Novo modo de ser igreja), que reflete sobre questões que eram urgentes na comunidade católica da época e ainda está em processo de recepção. Uma das considerações da LG foi a respeito do Reino de Deus, sobre o qual os teólogos desenvolveram documentos procurando promover um resgate dos conceitos fundamentais, portanto “o ministério da Santa Igreja

³ A justificação pela fé foi doutrina clássica de debates entre católicos e protestantes. [...]Debate-se, embora agora com menos matizes, se nos salvamos pela fé ou pelas obras (SAMANES; TAMAYO ACOSTA, 1999, p. 395)

manifesta-se na sua fundação. Pois o senhor Jesus iniciou pregando a Boa-nova, isto é, o advento do Reino de Deus prometido nas escrituras havia séculos [...]” (LG 35).

O Catecismo da Igreja Católica reserva suas sentenças número 1720-1729 para a temática da bem-aventurança cristã, ele ensina que o bem-aventurado entra na alegria do senhor e no repouso de Deus, mas também instrui que a verdadeira felicidade não está nas riquezas, no bem-estar ou na glória humana, mas sim em Deus, fonte do bem e do amor.

No entanto, é necessário entender que o Reino de Deus é voltado para uma totalidade dentro da vida humana, ele não representa um grupo ou outro, sua mensagem, que é o maior ensinamento de nosso senhor Jesus Cristo, destina-se a todos. A boa-nova do reino continua sendo atual e incontestável para as comunidades cristãs desta era. Neste sentido, é perceptível seu valor para a igreja, Jesus é bem claro quando afirma que “A vida do Reino de Deus não é observável. Não se pode dizer: ‘Ei-lo aqui! Ei-lo ali’!, pois eis que o Reino de Deus está no meio de vós” (Lc 17, 21).

CONCLUSÃO

Os estudos teológicos acerca do Reino de Deus merecem atenção especial, pois oferecem base para todas as esferas teológicas. Desta forma, a proposta de um estudo interdisciplinar proporciona a totalidade das ideias que permearam o tema desde seu princípio, na pregação de Jesus, até os dias atuais. Reconhecer que Jesus instaurou um Reino que privilegiava os mais necessitados permite que a comunidade cristã de nosso tempo também reconheça que é importante não somente promover a boa-nova no campo espiritual, mas, que se faz necessário levar o Reino de Deus que tem os pobres, os aflitos e os que têm fome de justiça, como seus protagonistas merecedores.

A herança do Reino, nesta análise, torna-se o ponto crucial dos que seguem a pregação do reinado de Deus que determina certa condição para os que desejam. Portanto, os que oferecem esmola, os que jejuam, ou seja, os que refletem a pessoa de Jesus em toda sua essência, são merecedores do Reino. Jesus veio ao mundo com a ⁴kénosis para instaurar o Reino na terra. Esse rebaixamento, fê-lo se humanizar e escolher uma aldeia de camponeses como morada, o que demonstra a totalidade do ensino do Reino que reforça a importância da oração e das boas ações obtidas

⁴“A palavra kénosis é uma herança da Patrística Oriental que trata do movimento, da dinamicidade de Deus que vem ao encontro do humano” (SANTOS; XAVIER, 2008, p. 111)

através das relações sociais. Jesus foi a representação da misericórdia e ao mesmo tempo da rigidez das condições da entrada no Reino, principalmente nas contidas nas bem-aventuranças do seu sermão da montanha, tendo o pobre como principal merecedor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bíblia de Jerusalém. 4ª impressão. São Paulo: Paulus, 2006

BROWN, Raymond E. **Introdução ao Novo Testamento.** 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2012.

Catecismo da Igreja Católica. Edições Loyola, Editora Ave-Maria, Editora Vozes, Paulinas Editora, Paulus Editora, 1999.

CHEVITARESE, André Leonardo. **Cristianismos.** Questões e Debates Metodológicos. Rio de Janeiro, RJ: Kliné, 2016.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição dogmática *Lumen Gentium*. In: **Compêndio do Vaticano II.** 30. ed. Petrópolis: Vozes, 1968. p. 37-117.

HORSLEY, Richard A. **Arqueologia, História e Sociedade na Galileia:** O contexto social de Jesus e dos Rabis. São Paulo: Paulus, 2000.

_____. **Jesus e o Império:** o Reino de Deus e a nova desordem mundial. São Paulo: Paulus, 2004.

FORTIN, Ernest L. Civitate Dei, De. In: FITZGERALD, Allan D. (org.). **Agostinho Através dos Tempos:** Uma enciclopédia. São Paulo, Paulus, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

MALINA, Bruce J. **O evangelho social de Jesus:** o reino de Deus em perspectiva mediterrânea. São Paulo: Paulus, 2004.

LÉON-DUFOUR, Xavier; GEORGE, Augustin; GRELOT, Pierre; LACAN, Marc François; GUILLET, Jacques; DUPLACY, J. (public. dir. de). **Vocabulário de teologia bíblica.** 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. xxvii, 1117 p

SAMANES, Cassiano Floristan; TAMAYO ACOSTA, Juan José. **Dicionário de conceitos fundamentais do cristianismo.** São Paulo, Paulus, 1999.

SANTOS, Eduardo dos; XAVIER, Donizete José. **A Descida do Deus Trindade – A Kénosis da Trindade.** Revista de Cultura Teológica - v. 16 - n. 62 - jan/mar 2008, p. 111-123.

ZANON, Darlei. **Para ler o Concílio Vaticano II.** São Paulo, Paulus, 2012.